

# **IDCR: UM INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL.**

Sérgio Dias Orsi<sup>1</sup>

## **INTRODUÇÃO**

As atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural tiveram início no Brasil no final da década de 1940, com um modelo de atuação que pautava em questões humanistas e assistencialistas. Passou por várias etapas e, entre as décadas de 1960 e 1980, caminhou para o modelo tecnicista e produtivista, baseado no difusionismo. Nesta etapa, teve como diretriz o uso do crédito subsidiado pelos produtores rurais, para adoção de novas tecnologias, o que incentivou o uso de insumos quimificados e da mecanização agrícola. Respondeu positivamente aos paradigmas da época que eram fundamentados no aumento da produção e da produtividade.

No início da década de 1990, com a crise de endividamento do Estado brasileiro, o sistema de ATER sofreu um processo de desmonte. Posteriormente, passou por uma etapa de reestruturação, efeito de diversos momentos de reflexão e avaliação institucional com as organizações sociais vinculadas ao espaço rural. Isto resultou na construção de um novo paradigma para atender as necessidades dos diferentes segmentos de beneficiários (trabalhador, jovem, mulher, idoso, agricultor familiar e grupos de minoria), das diversas instituições financiadoras, das distintas esferas governamentais e de um espaço rural muito mais multifuncional. Optou-se assim por dar prioridade aos segmentos dos beneficiários de economia familiar, de atuar junto a conselhos de desenvolvimento rural, utilizando metodologias mais abrangentes e participativas e apoiar àquelas atividades que agregassem valor à produção agrícola e não-agrícola. Para vencer este desafio, a ATER teve que compreender melhor a lógica da agricultura familiar, da atuação dos conselhos junto ao Estado e de uma nova institucionalidade no espaço rural. Teve que se dotar de novas competências e habilidades multidisciplinares para apoiar o avanço das atividades dos empreendedores familiares nos setores, secundário e terciário, que buscavam atender aos novos padrões de consumo da sociedade brasileira.

Depois da década de 1990, houve um apoio diferencial do Governo Federal aos serviços de ATER, com a agregação de novos desafios, entre eles o de atuar com uma nova visão produtiva baseada

---

<sup>1</sup> Médico Veterinário (M.Sc.), Extensionista Rural da Emater-DF.

nos fundamentos da agroecologia para os empreendedores familiares, com enfoque na agregação de valor e nas atividades não-agrícolas; planejar ações sistêmicas e com enfoque nos territórios de identidade, visando ao desenvolvimento do espaço rural, por meio das organizações rurais.

Os modelos de ATER, utilizados até a década de 1980, auxiliaram os produtores na inovação de alguns sistemas de produção, o que proporcionou o aumento da produção e da produtividade agropecuária do país, mas também deixaram um grande passivo sócio-ambiental.

Aos poucos a industrialização dos processos de produção rural foi reduzindo a renda dos empreendedores familiares, e esgotando os paradigmas dos modelos, e forçou à construção de um novo paradigma de atuação da ATER.

Ao longo das últimas décadas, cada vez mais, o custo da produção agropecuária aumentou e os valores de venda dos produtos diminuíram, comprometendo a lucratividade dessa atividade. Isto demonstrou aos agentes de ATER que atuar somente com o crédito e com a assistência técnica não aumentava a lucratividade das explorações agropecuárias, principalmente para os empreendedores familiares, que não estavam organizados e ainda mantinham seus esforços somente na atividade primária. Segundo Giovenardi (2003), em média, a apropriação dos lucros na cadeia produtiva da maioria dos produtos agropecuários se comporta da seguinte maneira: os insumos ficam com 23%, a produção com 15%, a agroindústria com 35% e a comercialização com 27%. Além do elo da cadeia produtiva, correspondente a produção, ficar com o menor percentual dos lucros gerados, também fica concentrado nele quase todos os riscos da cadeia, impondo ao empreendedor rural assumir grande parte de todos os riscos e apropriar-se da menor parte dos lucros.

Além disso, os donos das unidades produtivas também passaram a sentir os efeitos do processo inflacionário e da crise de endividamento do Estado brasileiro. Para combater a inflação e saldar as dívidas assumidas pelo Brasil, as forças políticas que ocuparam o poder na época assumiram a ideologia do Estado mínimo que causou o desmonte do nosso Estado. Isto atingiu as instituições de ATER oficial e provocou a falta de instrumentos executores de políticas públicas no espaço rural, que tivessem abrangência e continuidade. Tal fato trouxe conseqüências desagradáveis para a governabilidade das autoridades, como o desemprego e maior êxodo rural das famílias rurais.

Os recursos financeiros do Estado, quando sobravam, eram então aplicados em políticas públicas para o cidadão rural. A esses recursos denominados residuais, só tinham acesso quem tivesse um bom trâmite no governo. Mesmo participando de conselhos municipais de toda ordem, os cidadãos do espaço rural ainda tinham dificuldades para acessar esses escassos recursos. Com o movimento dos

trabalhadores rurais e empreendedores familiares, que foi denominado “Grito da Terra”, em meados da década de 1990, o governo federal se viu forçado a buscar uma solução para esta situação caótica em que se encontrava o espaço rural. Inicialmente, a estratégia foi criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e, posteriormente, foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A partir daí, começou um processo de extensão de algumas políticas públicas para o desenvolvimento do espaço rural.

No entanto, os recursos repassados aos produtores familiares ainda continuavam poucos e o alcance dessas políticas públicas era limitado. Para os agentes de desenvolvimento que estavam atentos a esses fatos, logo perceberam que sem a organização e o empoderamento das comunidades rurais, seria muito difícil se ter acesso aos recursos públicos para a promoção e o desenvolvimento do espaço rural.

Para superar essa situação no espaço rural, que comprometia o processo sustentável de desenvolvimento e a governabilidade, foi que a ATER oficial retornou à agenda política neste último Governo. Formuladores de políticas públicas, movimentos sociais e os agentes da ATER, subsidiados por pesquisas que demonstravam a importância da agricultura familiar para segurança alimentar e para o desenvolvimento do interior do Brasil, optaram por construir um novo paradigma de atuação para a ATER oficial, fundamentando-se principalmente na prioridade de atendimento do segmento produtivo da agricultura familiar, no uso de metodologias participativas, no sistema de produção agroecológico, nas diretrizes humanista e construtivista, e com uma visão mais abrangente de desenvolvimento do espaço rural.

A cargo desse novo desafio, que exigia uma maior abrangência da sua atuação e novas fontes de financiamento, a ATER oficial teve que readequar os seus instrumentos para as etapas de diagnóstico, planejamento, acompanhamento e avaliação dos seus esforços. Os instrumentos utilizados, até então, nessas etapas, eram ajustados em função do número de atendimento, da produção e da produtividade alcançada. Eles tiveram que ser inovados para abranger um leque maior de campos em cada etapa.

Na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) assumiu-se o desafio de desenvolver um instrumento para atender as demandas desse novo paradigma da ATER e que abrangesse as etapas desde o diagnóstico até a elaboração e gestão de políticas públicas mais específicas para as comunidades rurais, com o qual os agentes de ATER poderão prestar conta dos resultados alcançados e não somente apontar o que foi investido. As instituições que passaram a financiar a ATER valorizam projetos que têm no seu escopo a avaliação de resultados e, não mais, avaliação de esforços (número de eventos) e de indicadores de produção e produtividade.

## **I. A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO INSTRUMENTO DE APOIO**

Imbuídos desse desafio, foi iniciada a estruturação de um instrumento para dar conta de todas essas demandas. Logo em seguida, foi questionado sobre que recorte territorial deveria ser utilizado. Seria de uma região administrativa pública? Seria da área de atuação de uma Unidade Local da EMATER-DF? Seria de uma bacia hidrográfica? Ou seria de uma comunidade rural?

Inicialmente, partiu-se para a análise de alguns instrumentos oficiais de comunicação entre as instituições e as organizações sociais. Foi verificado que na maioria deles, o recorte territorial que prevalecia nesses documentos era de uma comunidade rural. Assim, logo foi definido que, na prática, se iria trabalhar com o recorte territorial mínimo de uma comunidade rural. Para reforçar ainda mais essa decisão, verificou-se, em experiências anteriores, que quase sempre as comunidades rurais se constituíram a partir de uma dinâmica sociocultural e econômica, que tinha como base de identidade: uma igreja, um campo de futebol, uma escola, uma venda ou um acidente geográfico. É por meio dessas dinâmicas que o agente de desenvolvimento irá trabalhar o empoderamento, reforçar o tecido social, identificar a vocação política e avaliar as vantagens competitivas e comparativas, a fim de tornar os membros da comunidade em sujeitos ativos do processo de desenvolvimento.

Esses elementos são importantes para aumentar a pujança econômica e melhorar a qualidade de vida da dos habitantes da comunidade, em diversos campos, e definir no senso coletivo, as perspectivas e as fronteiras de um território, que irá sensibilizar e influenciar diretamente na motivação, nas iniciativas, nas atitudes e no entusiasmo das pessoas. Componentes esses importantes para sustentar o processo de desenvolvimento.

Acertado o recorte territorial, faltava definir a abrangência e a forma como seria sistematizada a coleta de dados, com vistas a buscar a maior sustentabilidade no processo de intervenção da comunidade rural. A abrangência deveria ser a mais sistêmica possível, pois, segundo Sachs (2000), os critérios de sustentabilidade abarcam o social, o cultural, o ecológico, o ambiental, o territorial, o econômico e o político.

Assim, esse novo instrumento, além de envolver esses campos, deveria ter a capacidade de interagir com diversas instituições, desde as organizações rurais e os seus componentes, até as esferas mais altas da iniciativa privada e do poder público. Deveria conter elementos que fomentasse o pertencimento, a motivação, o engajamento, a gestão social e o empoderamento. Sem esses elementos

será difícil obter êxito com propostas de desenvolvimento comunitário, para disputar, por meio de políticas, os limitados recursos do Estado brasileiro e do setor privado.

Deparou-se, então, com o impasse de como seria feito o recorte do levantamento de dados. Foi averiguado que, para a Academia, o recorte mais utilizado era o disciplinar, para as instituições públicas e privadas, era setorial, e para os moradores das comunidades, era temático. A maneira de conciliar todas essas linguagens institucionais, sem dificultar o entendimento do diagnóstico pelos segmentos de beneficiários da ATER, foi optar pelo recorte dimensional, que agrupa os eixos temáticos dos beneficiários e interage muito bem com as demais instituições.

Deste modo, foi elaborado e proposto o projeto: Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR), em razão de o recorte territorial ser a comunidade rural (para aproveitar as dinâmicas socioeconômicas, consolidar o pertencimento e aumentar as ações interinstitucionais); da necessidade de se fazer uma leitura sistêmica do processo de desenvolvimento por dimensões (para fomentar o diálogo, a motivação e o engajamento de pessoas e instituições); e de se ter um instrumento de empoderamento que apoiasse os atores comprometidos com o processo de desenvolvimento e de gestão social e que também servisse para fazer avaliação de resultados. Esse projeto tem elementos, métodos e objetivos que atendem aos novos paradigmas da ATER, principalmente no que se referem ao empoderamento das pessoas, aos segmentos de beneficiários e grupos de minoria.

## **II. POR QUE EMPODERAR?**

Para essa pergunta, pode-se assegurar que é para dar continuidade e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do espaço rural por diversas gerações. Somente assim os integrantes dessas gerações irão alcançar um desenvolvimento como liberdade e sem sobrepujar os compromissos sociais e ambientais.

O termo empoderamento vem ganhando destaque em muitos debates sobre desenvolvimento espaço rural nestes últimos anos, até mesmo como uma forma de contrapor o antigo paradigma difusionista e tecnicista da ATER oficial. Muitos debatedores buscam fontes internacionais para conceituar o empoderamento. No entanto, Valoura et al. (2006), defendem que o termo empoderamento é de autoria de Paulo Freire e fundamentam que é uma expressão “*ricamente definida pelo educador.*”

Para Paulo Freire, “... *o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que levam a evoluir e se fortalecer.*”

Segundo Valoura et al. (2006), *”Paulo Freire criou um significado especial para a palavra Empoderamento no contexto da filosofia e da educação, não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, como o Empowerment, mas sim internamente pela conquista.”* Essa autora citando Schiavo e Moreira (2005), complementa que o empoderamento *“implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A essas variáveis, deve somar uma mudança de atitude que impulsione a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva.”*

Essa autora conclui a conceituação de empoderamento na visão de Paulo Freire, e se entende estar bem vinculada ao novo paradigma da ATER e também contemplada na proposta do Projeto de IDCR: *“Empoderamento, portanto, difere da simples construção de habilidades e competências, saber associado à escola formal. A educação pelo empoderamento difere do conhecimento formal tanto pela sua ênfase nos grupos (mais do que indivíduos), quanto pelo seu foco na transformação cultural (mais do que na adaptação social)”*.

Para o processo de desenvolvimento do espaço rural, com enfoque no recorte territorial de uma comunidade, é importante fazer uma reflexão sobre o “empoderamento” desenvolvido por Paulo Freire e do “desenvolvimento como expansão de capacidades de Sen (1993). Enquanto o primeiro enfoca uma “libertação”, pela tomada de consciência quanto a sua condição atual (capacidade de discernimento) e a formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída; o segundo aponta a disposição de clareza quanto aos fins do desenvolvimento (evitando a armadilha de tratar os seres humanos como meios) e ampliar a possibilidade de melhoria de vidas das pessoas, a fim de evitar as condições de vida limitada nas quais a maioria delas são prisioneiras por força das circunstâncias.

Certamente, esse pode ser um dos caminhos do novo paradigma da ATER, o qual se deve perseguir. No paradigma anterior, o enfoque do planejamento era em ações dirigidas aos produtos, propriedades e à necessidade de adaptação ao novo padrão tecnológico da “revolução verde”. As ações que focassem os meios, a estrutura de produção e a necessidade de adaptação social aos paradigmas tecnológicos e produtivistas da época eram mais valorizadas. As pessoas eram vistas como meio e não como fim de um processo de desenvolvimento rural. Esta estratégia pouco empoderava os membros de uma comunidade. Seguramente, por isto, não alcançou um desenvolvimento com equidade.

No atual paradigma da ATER, o enfoque é mais nas dinâmicas grupais e nos processos de desenvolvimento territorial, tendo o desenvolvimento humano como a principal diretriz destes processos. Dentro dessa concepção, foi elaborado o Projeto IDCR que busca valorizar as ações que contribuem para o desenvolvimento das pessoas da organização social e territorial, de forma que haja integração com a cultura local. Essas ações seguramente empoderam as pessoas e com isto elas irão construir um processo de desenvolvimento que busque mais sustentabilidade e com mais respeito à igualdade de direitos e oportunidades.

### **III. O PROJETO IDCR**

Segundo Sepúlveda (2005) *“A complexidade da concepção do desenvolvimento sustentável apresenta vários desafios metodológicos e operacionais. Possivelmente um dos maiores desafios seja projetar instrumentos de trabalho que, na prática, permitam realizar estimativas que integrem a multidimensionalidade do processo”*. Ele propõe um instrumento de trabalho que é composto pelo Biograma e pelo Índice de Desenvolvimento Sustentável. São instrumentos complementares, que segundo este autor *“permitem representar o grau de desempenho da unidade de análise em um período determinado, e que utiliza para isso indicadores representativos das diferentes dimensões”*.

O Biograma representa graficamente diversos parâmetros em um gráfico que aponta o grau de desenvolvimento sustentável do recorte territorial que se está fazendo a análise. Ele assinala seus desequilíbrios e vulnerabilidades entre os diversos parâmetros e dimensões. O Índice de Desenvolvimento Sustentável é complementar ao Biograma. Ele é um valor específico de desempenho do recorte territorial em um determinado momento.

Com base nesse instrumento desenvolvido pela equipe de Sepúlveda (2005), resolvemos adaptá-lo à realidade do novo paradigma de ATER, tornando-o mais pragmático aos atores do processo e com maior facilidade de entendimento dos beneficiários, técnicos, dirigentes da ATER e das instituições parceiras. Acredita-se que esse instrumento tenha um bom potencial para se difundir nas redes de ATER e nas políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), principalmente por que ele visa a:

- Capacitar os membros da comunidade e dar oportunidade de conhecer melhor os fatores que atuam na sua própria realidade, pelo recorte multidimensional.
- Aumentar o entendimento das novas institucionalidades no espaço rural e a capacidade de discernimento para a tomada de consciência da sua condição atual.

- Sensibilizar para necessidade de mudança.
- Elaborar e fornecer um relatório-diagnóstico das potencialidades e vulnerabilidades multidimensionais para os representantes de diversos segmentos da comunidade e da ATER.
- Utilizar metodologias participativas para motivar, engajar e tornar os moradores da comunidade os agentes do seu próprio destino.
- Criar meios de a comunidade construir as suas políticas específicas e participar de uma concertação institucional que favoreça acesso aos recursos do Estado e da iniciativa privada.
- Incentivar a gestão social e a transparência do processo de desenvolvimento em um ciclo de planejamento dinâmico e com ações corretivas.
- Equipar a comunidade, a ATER e demais instituições parceiras de indicadores de avaliação de resultado.
- Empoderar os integrantes da comunidade rural para conquistar um desenvolvimento que satisfaça as gerações presentes e encante as futuras.

As principais inovações agregadas ao projeto IDCR foram o encadeamento de metodologias participativas com a meta de engajar o maior número possível de beneficiários e o treinamento dos representantes de cada segmento de beneficiários para fazer as entrevistas e desenvolver potenciais agentes de desenvolvimento comunitário. Esses beneficiários certamente assumirão no Comitê Gestor da comunidade o processo de desenvolvimento, que enfoca a construção e gestão social de políticas mais específicas para a sua realidade.

Este processo também inova em algumas estratégias: a primeira é a criação da figura do “facilitador institucional”, que é um funcionário da instituição parceira, sensibilizado e motivado pelas causas da comunidade com autonomia e autoridade na sua instituição. Ele será o porta-voz da instituição parceira com o Comitê Gestor da comunidade e terá a função de agilizar os trâmites das demandas da comunidade com a sua instituição; a segunda é a criação de um momento interativo entre as instituições parceiras e a comunidade denominada de “Ação Interinstitucional”. Essa ação é realizada na própria comunidade rural com as instituições parceiras que foram mapeadas nas metodologias participativas, para sensibilizá-las e conquistá-las a assumir as ações e atividades que são atribuídas à sua instituição; a terceira é o enfoque, nas diversas etapas desse processo, das questões de empoderamento, pertencimento, motivação, engajamento, construção de políticas específicas para a comunidade e gestão social do Plano de Ações Interinstitucionais (PAI).

O Projeto de IDCR inicia-se na instituição de ATER, pelo mapeamento das comunidades mais vulneráveis do espaço rural. A partir desse mapeamento, são apresentados os objetivos e metodologias do projeto nessas comunidades, para as lideranças dos diversos segmentos de beneficiários da ATER (trabalhador rural, agricultores familiares, jovens rurais, mulheres rurais, idosos rurais e agricultores patronais).

É informado à comunidade que o levantamento será feito pelos seus integrantes, após capacitação de 40 horas, e que serão remunerados por esse serviço. Para cada questionário de IDCR aplicado haverá uma remuneração de R\$ 10,00 a R\$ 30,00, a depender das condições da comunidade. O proprietário que responder ao questionário irá receber gratuitamente uma análise de solo com parâmetros essenciais de avaliação no valor R\$ 25,00, em média. Essa análise servirá tanto para verificar os parâmetros de fertilidade do solo da propriedade, quanto para compor o resultado médio da qualidade do solo da comunidade. Posteriormente, de posse desses resultados individuais e coletivos, será montada estratégia de aquisição de corretivos de solos, se houver necessidade.

A escolha dos participantes do curso de capacitação é feita em parceria, entre a Unidade de ATER e as organizações sociais da comunidade. É importante os participantes ter razoável grau de instrução, e o grupo a ser capacitado deverá ter representantes de diversos segmentos de beneficiários.

A capacitação será feita por dois profissionais e terá carga horária de quarenta horas para uma turma de vinte entrevistadores/agentes de desenvolvimento, a um custo médio de R\$ 4.000,00 por curso. Para a implementação do projeto até a elaboração do PAI é necessária uma equipe de no mínimo três pessoas, com domínio e prática de metodologias participativas<sup>2</sup> e de temas que envolvam o desenvolvimento do espaço rural. O custo médio é de R\$ 3.000,00 por integrante da equipe por um período mínimo de sete meses, que conduzirão o projeto em pelo menos cinco comunidades com mais ou menos trinta famílias cada uma. Em síntese, teremos em média R\$ 20,00 (por entrevista), mais R\$ 25,00 (por análise de solo) para cada família, num total de 150 famílias nas cinco comunidades. Este subtotal de R\$6.750,00 somados ao custo do curso de R\$ 4.000,00, mais R\$ 9.000,00 da equipe por sete meses e os demais custos operacionais de R\$ 6.000,00, somará um total de R\$ 79.750,00. Salienta-se que quase 85% destes custos já são gastos pela ATER, executando ou não este projeto. Na Emater-DF foram utilizados recursos próprios para as seis primeiras comunidades do DF, e para os atingidos por

---

<sup>2</sup> No caso da Emater-DF é utilizada a metodologia MEXPAR de Ruas (2006), proposta da Emater-MG.

barragem, a própria concessionária assumiu os custos em parceria com a Fundação de Desenvolvimento Rural.

Na Figura 1, mostra um grupo de pessoas treinadas na Região do Entorno do Distrito Federal, com representantes de todos os segmentos de beneficiários da ATER, com exceção de agricultores patronais.

**Figura 1.** Turma de entrevistadores e agentes de desenvolvimento capacitados em Luziânia, GO, em 2008, para trabalhar com os atingidos por barragem.



O Projeto do IDCR utiliza-se de um questionário com 100 perguntas para fazer o levantamento de dados. Ele é dividido em seis dimensões (bem-estar, cidadania, econômica, apropriação tecnológica, agroecologia e ambiental), com quase 400 parâmetros de avaliação.

As 100 questões foram construídas com as gerências táticas da Emater-DF, com técnicos de campo, em face do levantamento realizado com as organizações sociais do Distrito Federal, em 2005, para elaboração do Plano Distrital de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Esse diagnóstico revelou em quais serviços a ATER do Distrito Federal deveria concentrar suas iniciativas para atender as demandas dos seus beneficiários. Nesse diagnóstico, a assistência técnica ficou em quarto lugar e os outros três primeiros ficaram voltados à qualidade de vida (infra-estrutura, saúde e educação), o que demonstrou a necessidade da superação, por parte da ATER, do paradigma produtivista e difusionista e a institucionalização de um novo paradigma mais focado em ações desenvolvimentistas.

Cada questão proposta enfoca um assunto específico e tem de uma a oito opções de respostas, que são ponderadas em uma escala que varia de “0” (opção menos desejável para uma proposta de desenvolvimento que busca maior sustentabilidade), a “1” (opção mais desejável). Na Figura 2, na coluna “Marcar X”, mostra onde o entrevistador irá assinalar a resposta que mais predomina na situação da propriedade. Todas as opções na coluna Respostas, separadas por linhas duplas e, se for opção única, poderá ou não receber um “X”. Se tiver mais de uma opção, deverá receber somente um “X”. Os assuntos são numerados e agrupados por temas que, por sua vez, quando reunidos em temas comuns compõem uma dimensão. Em média, as entrevistas com cada família duram 50 minutos, sem contar o tempo de deslocamento.

Na Figura 2, é ilustrada uma planilha de campo com a dimensão Bem-Estar, com o tema Água e com questões de 1 a 6 que trata, especificamente, cada uma, de um assunto. Neste caso, essas perguntas têm somente de uma a quatro opções de respostas. Na última coluna, estão os valores de ponderação de cada resposta (que não aparecem na planilha) que irá auxiliar no cálculo, tanto do valor do IDCR, quanto do valor de cada parâmetro que compõe os diversos gráficos que ilustram o relatório.

**Figura 2.** Planilha de levantamento de campo, utilizada pelos entrevistadores, com adição da coluna de ponderações de cada resposta.

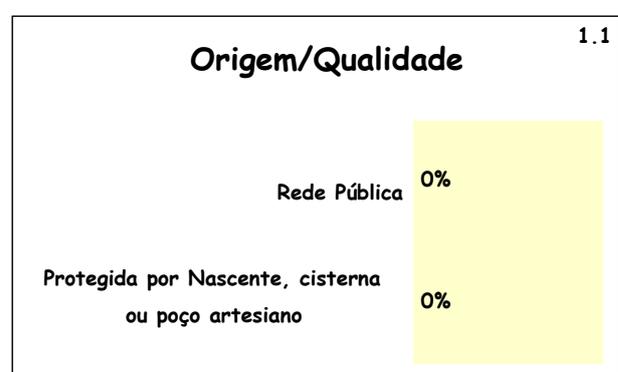
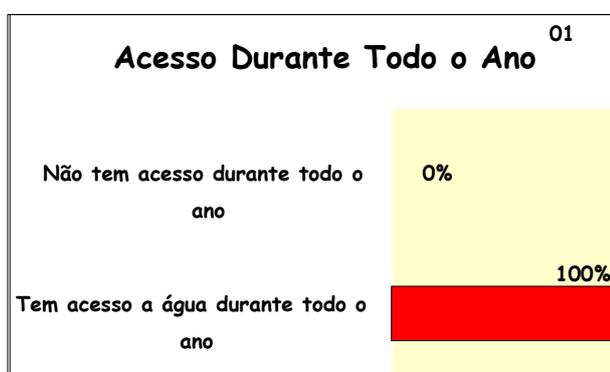
Dimensões	Temas	Item	Assuntos/Questões	Respostas	Marcar X	Ponderações	
BEM-ESTAR	ÁGUA	1	QUANTO À QUANTIDADE E ORIGEM DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	ABASTECE AS NECESSIDADES DO LAR DURANTE O ANO TODO		1	
				A FONTE DE ÁGUA NÃO É PROTEGIDA CONTRA CONTAMINAÇÕES EXTERNAS		0,4	
				É PROTEGIDA	NASCENTE, CISTERNA. POÇO SEMI-ARTESIANO OU PROFUNDO		0,7
					REDE DE ÁGUA TRATADA (PÚBLICA OU PRIVADA)		1
		2	QUAL A FORMA DE CAPTAÇÃO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	POR GRAVIDADE		1	
				POR CARNEIRO HIDRÁULICO, RODA D'ÁGUA, EÓLICA OU USANDO ENERGIA PRÓPRIA		0,9	
				UTILIZANDO ENERGIA ELÉTRICA DA CEB		0,6	
				POR MOTOR ESTACIONÁRIO (COMBUSTÍVEL)		0,25	
		3	FAZ ANÁLISE DA ÁGUA UTILIZADA?	NÃO		0	
				SIM		1	
		4	FAZ TRATAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO		0	
				ATRAVÉS DO USO DE CARVÃO E/OU BRITA E/OU AREIA E/OU FILTRO		0,5	
				ATRAVÉS DO USO CONTÍNUO DE CLORO E OUTROS, OU A ÁGUA JÁ É TRATADA		1	
		5	COMO É FEITO O ARMAZENAMENTO DA ÁGUA UTILIZADA NO LAR?	NÃO É FEITO (ir para questão 7)		0	
				ATRAVÉS DE RECIPIENTE NO NÍVEL DO SOLO SEM COBERTURA		0,5	
				RESERVATÓRIO (FIBRA, AMIANTO, PLÁSTICO, etc) COM COBERTURA		1	
		6	LIMPA O LOCAL ONDE ARMAZENA ÁGUA DO LAR PELO MENOS ANUALMENTE?	NÃO FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO		0	
				FAZ LAVAGEM PERIÓDICA DO RESERVATÓRIO		1	

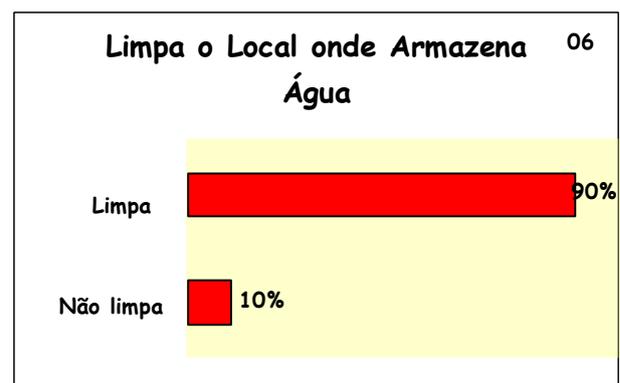
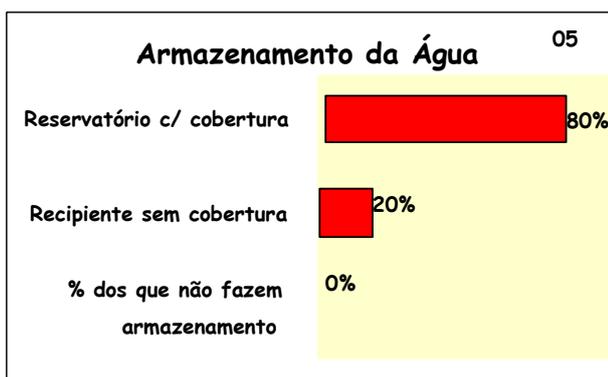
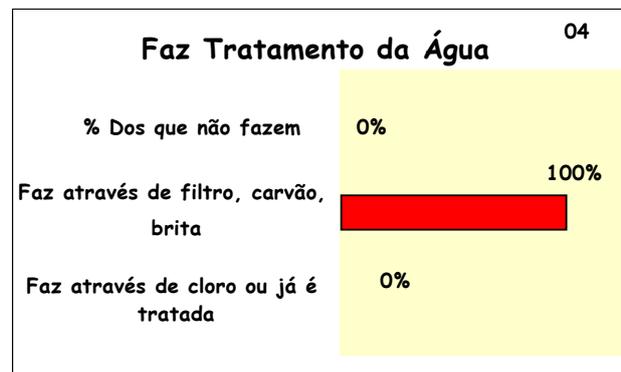
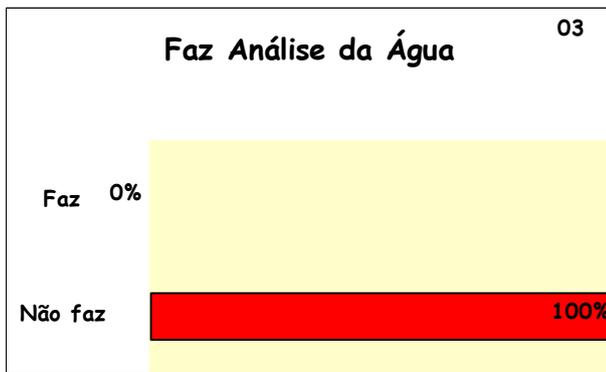
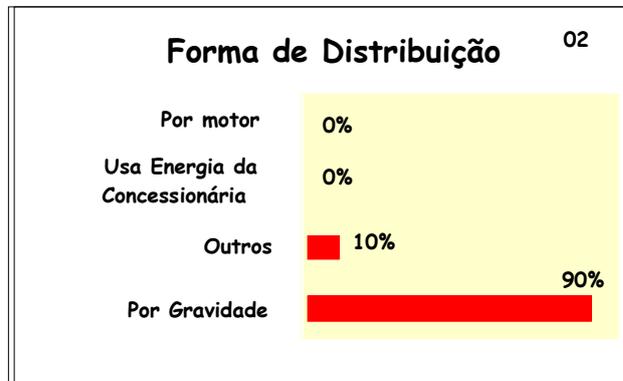
A primeira questão do item 1 tem o objetivo de verificar se o abastecimento de água no lar é sustentável durante o ano todo. Neste caso, o entrevistador tem a opção de marcar ou não com um “X” nessa resposta, como explicado anteriormente. Se no questionário de todas as famílias for marcado um “X” nessa resposta, o resultado para a comunidade será totalmente sustentável, haja vista que este item é ponderado com valor “1”. No entanto, caso em alguns questionários determinadas famílias sejam privadas de acesso à água em seus lares, em algum período do ano, não será marcado “X” neste item em seus questionários, os quais serão ponderados com valor “0” e, após o processamento dos dados, o índice apontará um grau de vulnerabilidade. Quanto menor o valor desse índice na comunidade, menor será o percentual e a barra do gráfico e maior será a sua vulnerabilidade quanto a esse quesito.

A Figura 3, gráfico 1, representa a situação de uma comunidade do Entorno do Distrito Federal, em que 100% das famílias não tem vulnerabilidade quanto ao acesso à água durante o ano. No gráfico 1.1, é mostrado que nenhum membro da comunidade recebe água da rede pública e nem protege a fonte onde capta a água. Quanto à forma de distribuição da água tem-se que 90% das famílias a faz por um processo bem sustentável (utiliza a própria força da gravidade) que, neste caso, é ponderado pelo valor 1. Os demais 10% a fazem utilizando-se de outras formas um pouco menos sustentável e por isto é ponderado com o valor 0,9. Nenhum membro utiliza energia elétrica ou queima de combustível, para distribuir a água que, neste caso, seriam processos ainda menos sustentáveis e ponderados, respectivamente, pelos valores 0,6 e 0,25.

Na Figura 3, os gráficos “tipo barra” representam a situação específica de cada questão que compõe o tema Água (utilizada no lar), que irão servir de subsídios para serem problematizadas com a comunidade. De forma que podem ser trabalhadas as seguintes questões: apesar de todos terem acesso à água durante o ano inteiro, a fonte não é protegida e pode causar algumas doenças; a forma de captação e de distribuição é bem sustentável e, mesmo todos os membros da comunidade fazendo tratamento físico da água (filtro, carvão ou brita), não se sabe se a qualidade dela é boa, pois não foi feita sua análise; algumas famílias não cobrem a caixa de água e não limpam o local onde armazenam a água, o que pode colocar em risco tanto a saúde da comunidade, com surtos de dengue, quanto dos usuários que utilizam a água desses reservatórios, que deveriam ser higienizados pelo menos uma vez a ano.

**Figura 3.** Gráficos “Tipo Barra”, representando a situação de cada assunto tratado no tema Água de uma comunidade do entorno do Distrito Federal em 2008.

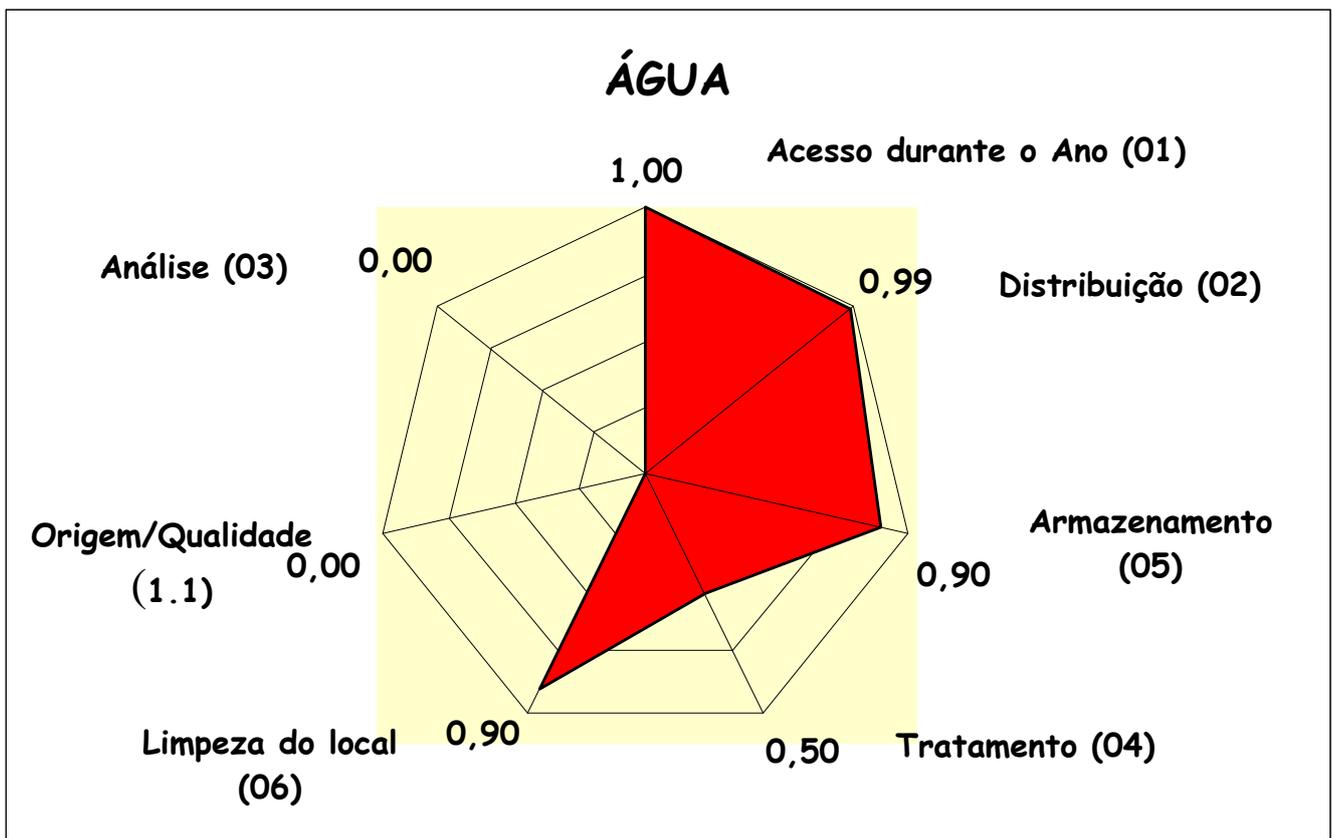




Cada um dos seis gráficos anteriores “Tipo Barra”, após a ponderação e o somatório dos seus parâmetros gerou um valor específico por assunto. O gráfico “Tipo Radar”, (Figura 5), que representa o tema “Água”, após a ponderação, apresentou o índice de 1,00 para o item “Acesso Durante o Ano” (01)

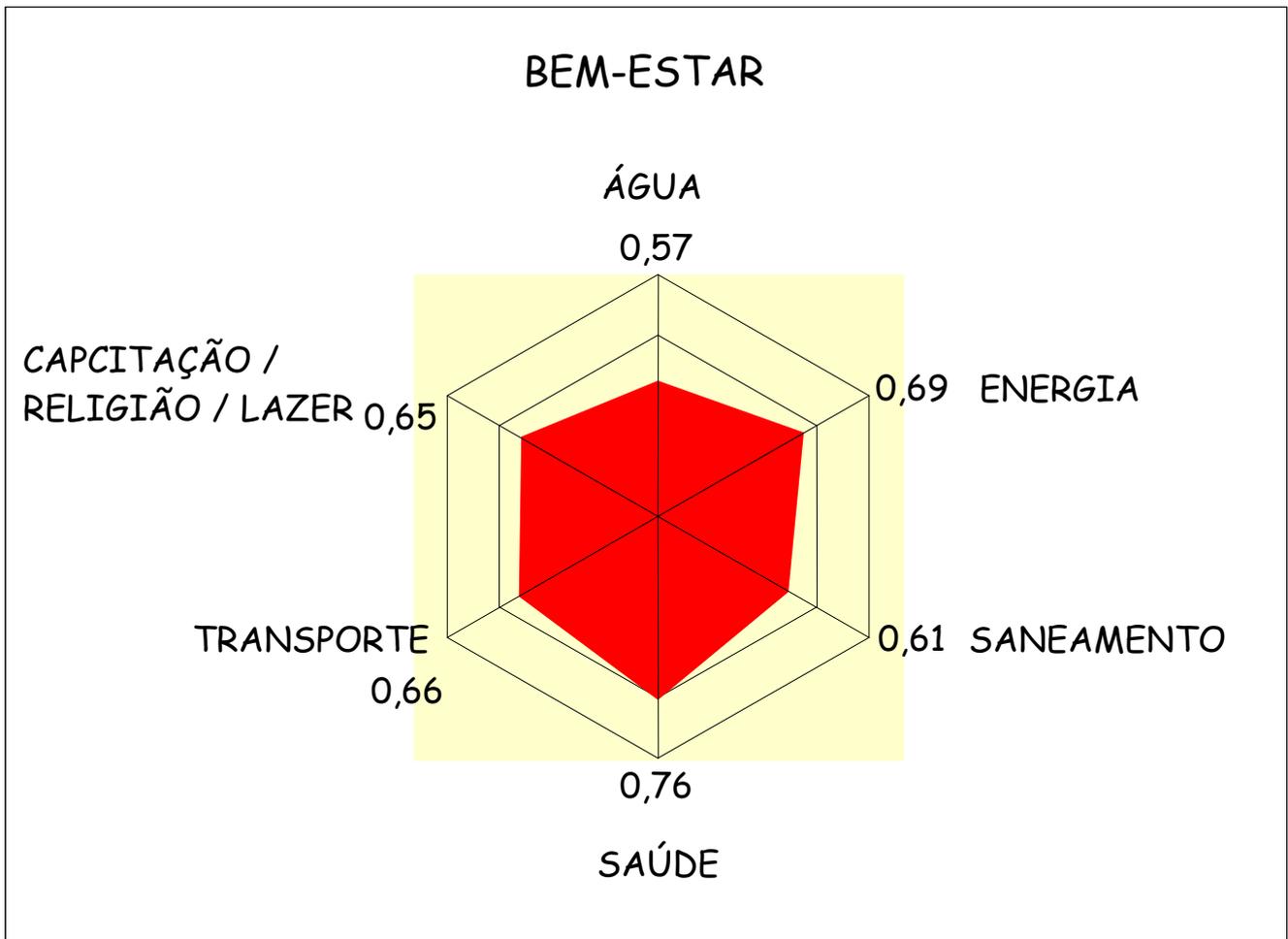
e por isso está representando esse parâmetro com a área totalmente sombreada de vermelho. Nos itens “Origem/Qualidade (1.1)” e “Análise (03)” o índice apresentado foi de 0,00, não apresentando nenhuma área sombreada de vermelho. Isto foi feito com todos os outros assuntos que compõem este gráfico temático, e eles estão correlacionados com o número da questão entre parênteses. Para os assuntos Distribuição (02) e Armazenamento (05), verifica-se que a sustentabilidade é quase total. Já o item Tratamento (04), que neste caso só utilizou o tratamento físico (filtro, carvão e brita), e que não é tão eficiente, quando ponderado gera um índice de somente 0,50. Em função disto a situação do “Tema Água” fica então representada da seguinte forma.

**Figura 4.** Gráfico Tipo Radar representando os parâmetros que avaliam a situação do Tema Água.



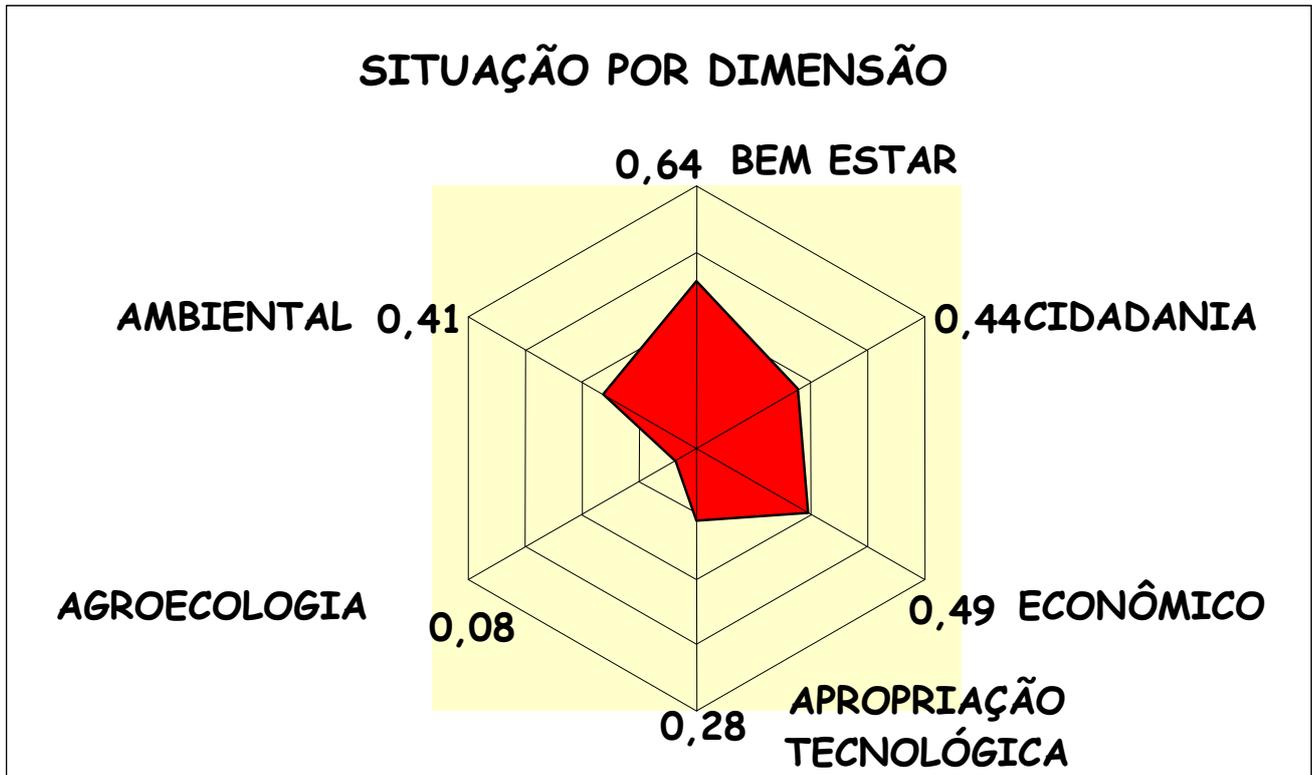
Este mesmo procedimento é feito para os outros cinco temas da dimensão Bem-Estar (energia elétrica, saneamento, saúde, transporte e capacitação, religião e lazer), (Figura 5).

**Figura 5.** Gráfico Tipo Radar representando os parâmetros que avaliam a situação do tema Bem-estar.



Após realizar o cálculo das demais dimensões, obtiveram-se os dados para formatar o gráfico (Figura 6) que mostrou a situação macro do levantamento, a qual apontou as vulnerabilidades, os desequilíbrios e as potencialidades da comunidade. Na situação a seguir, a comunidade está em desequilíbrio. Tem como potencialidade a dimensão referente ao Bem-estar, e está bem equilibrada somente nas dimensões Ambiental, Cidadania e Econômica e vulnerável quanto às dimensões Agroecológica e Apropriação Tecnológica.

**Figura 6.** Gráfico “Tipo Radar” representando os parâmetros que avaliam a situação por cada dimensão.



A título de ilustração, na Tabela 1 estão apresentados quais foram os temas e os assuntos utilizados em cada dimensão pela Emater-DF, nos projetos desenvolvidos no DF e no Entorno. Ressalta-se que as dimensões, os temas, os assuntos e as ponderações são de livre escolha para uma instituição de ATER. No entanto, para compor o IDCR de uma comunidade, de uma região, de um Estado e do Brasil, se for o caso, a estrutura das questões e das ponderações deverão ser as mesmas. Caso contrário, os valores e os gráficos do IDCR não poderão servir de comparação entre esses locais, após o somatório de cada recorte territorial que irá compor um recorte maior.

**Tabela 1.** Dimensões, temas e assuntos utilizados pela Emater-DF para compor o IDCR do DF.

Dimensões	Temas	Assuntos	Ponderações
1- Bem-Estar	Água de Uso Doméstico	Acesso sustentável Proteção da fonte Forma de captação Análise e tratamento Forma de armazenamento Higiene do local de armazenamento	
	Energia	Acesso e origem Tipo de energia	
	Saneamento	Situação do banheiro Uso de caixa sanfonada Destino das águas servidas Destino do lixo Condição da moradia Tipo de construção	
	Saúde	Acesso a programas de saúde Acesso a serviços de saúde	
	Transporte	Condições das vias de acesso Possui transporte próprio Acesso a transporte coletivo Acesso a transporte escolar	
	Capacitação	Acesso a eventos de capacitação	
	Religião	Participa de alguma	
	Lazer	Acesso a alguma forma de lazer	
2- Cidadania	Documentação	Em ordem dos homens Em ordem das mulheres Em ordem dos filhos	
	Inclusão Educacional	Se os filhos estão estudando	
	Participação Social	Quantidade e frequência	
3- Econômica	Sistemas de Produção	Número de explorações Aquisição de insumos Variedade produzida	
	Nível de Renda	Renda líquida familiar Se necessita de ajuda de custo do Governo	
	Sistemas de Comercialização	Fatores que influi na tomada de decisão Forma como é feita a comercialização	
	Financiamento da Atividade	Origem da fonte de recursos	
	Venda de Mão-de-obra	Quem vende mão-de-obra Se utiliza mão-de-obra de fora	
4- Apropriação Tecnológica	➤ Gestão Administrativa	Como faz o controle dos negócios	
	➤ Agricultura	Análise de solo Conservação do solo Correção do solo Uso de adubos Uso de semente certificada	

		Tipo de irrigação Cultivo protegido Práticas de mecanização Produtividade das explorações	
	➤ Pecuária	Forma de alimentação dos animais Forma de mineralização dos animais Origem dos reprodutores Práticas sanitárias Produtividade das explorações	
	➤ Agregação de Valor	Higienização de hortaliças Tem área de seleção Embala ou processa alimentos Característica do transporte utilizado Produz algum tipo de artesanato	
	➤ Comercialização	Que tipo de informação utiliza	
	➤ Prestação de Serviços	Presta algum tipo de serviço	
	Acesso a Assistência Técnica	Pública e privada	
5- Agroecologia	Sistema de Produção Agroecológica	Práticas de produção de base ecológica Adquire insumo externo Faz compostagem e biofertilizante Uso de semente própria Seleção de resistência e produtividade Preparo de solo Manejo da vegetação espontânea Rotação, integração e consorciação de culturas Uso de quebra-ventos Prática de adubação verde Variedade de explorações existentes	
6- Ambiental	Biodiversidade	Nível de produtividade Cobertura vegetal nativa Diversidade de espécies existente	
	Conservação dos Recursos Naturais	Existência de erosões Forma de acesso e características dos recursos hídricos	
	Uso e manejo de Agrotóxicos	Frequência de uso de agrotóxicos Uso de Equipamento de proteção individual Destino das embalagens de agrotóxicos	
	Dejetos animais	Qual o destino	
	Fogo	Utiliza na área da lavoura	
	Função da Propriedade	Para que é utilizada	
	Fertilidade do solo	Níveis dos principais elementos	

## A. CÁLCULO DO VALOR DO IDCR.

Após o cálculo do índice de cada dimensão que gerou as referências do gráfico da Figura 6, tem-se os dados que irão compor o valor do IDCR. Isto se dará por meio da ponderação dos índices acumulados na comunidade. O valor da ponderação é fruto do consenso entre os técnicos da ATER e representantes do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. No caso do DF foram estabelecidas as ponderações, conforme apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Cálculo do valor do IDCR da Comunidade de Mandiocal, Luziânia, GO, em 2008.

Dimensão	Índice acumulado	Ponderação	Alcançado	Ideal
Bem-estar	0,64	0,20	0,128	0,2
Cidadania	0,44	0,20	0,088	0,2
Econômica	0,49	0,20	0,098	0,2
Apropriação tecnológica	0,28	0,13	0,037	0,13
Agroecológica	0,08	0,13	0,010	0,13
Ambiental	0,41	0,14	0,057	0,14
<b>SOMA</b>		1,00	<b>0,418</b>	1,00

Como exemplo dessa ponderação segue-se a fórmula abaixo com os índices das dimensões: Bem-estar ( $I^{BE}$ ), Cidadania ( $I^{Ci}$ ), Econômica ( $I^{Ec}$ ), Apropriação Tecnológica ( $I^{AT}$ ), Agroecológica ( $I^{Ae}$ ) e Ambiental ( $I^{Am}$ ):

$$IDCR = 0,20 * I^{BE} + 0,20 * I^{Ci} + 0,20 * I^{Ec} + 0,13 * I^{AT} + 0,13 * I^{Ae} + 0,14 * I^{Am}$$

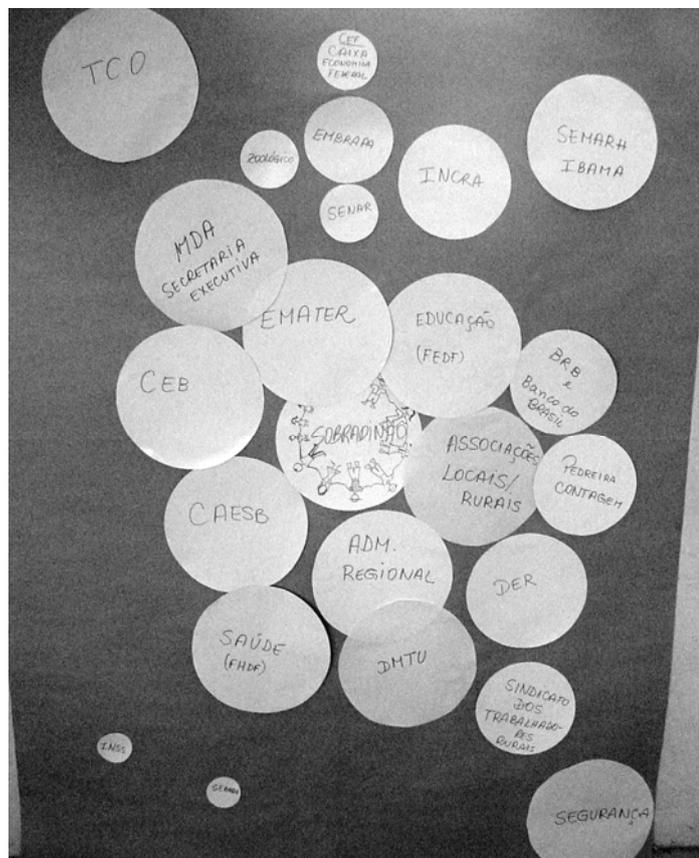
$$IDCR = (0,20 * 0,64) + (0,20 * 0,44) + (0,20 * 0,49) + (0,13 * 0,28) + (0,13 * 0,08) + (0,14 * 0,41)$$

$$IDCR = 0,128 + 0,088 + 0,098 + 0,037 + 0,010 + 0,057$$

$$IDCR = 0,418$$

A metodologia de composição dos gráficos e do índice é denominada de biograma, e foi adaptada de Sepúlveda (2005). No entanto, para ATER, que tem como desafio apoiar o desenvolvimento do espaço rural, este instrumento por si só não daria conta desse processo, com isso foi somada a essa ferramenta uma experiência de encadeamento metodológico, obtida com a capacitação dos membros do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal, em 2002. Essa experiência participativa com o Conselho teve como objetivo a construção e a gestão de políticas públicas a partir das vulnerabilidades diagnosticadas na comunidade de Sobradinho, DF. Uma das ferramentas utilizada no encadeamento metodológico foi o Diagrama de Venn. Este diagrama apontou pelo tamanho do círculo escolhido pelos integrantes da comunidade o seu grau de importância; e pela distância entre o círculo da instituição com o círculo central da comunidade, o envolvimento dessa instituição com o dia-a-dia da comunidade. Isto serve para avaliar a possibilidade de estabelecer futuras parcerias.

**Figura 7** Diagrama de Venn, realizado pelos conselheiros de Sobradinho, DF, capacitados em 2002.



O valor do IDCR de 0,418 expressa o desempenho das famílias avaliadas na comunidade no período em que foi feito o levantamento dos dados. Esse valor, as figuras dos gráficos (assuntos, temas e dimensões), além do resgate histórico que é feito pelos próprios moradores da comunidade, é que irão compor o relatório-diagnóstico. Deve-se sempre que possível, preservar a autonomia e autoridade da comunidade para definir as suas prioridades, o que irá empoderá-la e manter um bom nível de engajamento da população nas ações do processo de desenvolvimento, pois com esta estratégia estará atendendo as necessidades mais limitantes da lógica de vida deles e não da visão tecnicista e imediatista de outros atores e instituições, aos moldes dos paradigmas anteriores da ATER.

## B. ENCADEAMENTO METODOLÓGICO PROPOSTO

Metodologicamente a proposta tem como prioridade iniciar pelas comunidades mais vulneráveis. Primeiro por questões de equidade e segundo por causa do “tempo político”, muitas vezes limitado aos quatro anos de uma legislatura, para apresentar os resultados de uma administração. Ao aumentar o IDCR de uma comunidade mais vulnerável está, conseqüentemente, aumentando-se o IDCR médio da região ou de qualquer outro recorte territorial, do qual essa comunidade faz parte, caso as outras permaneçam iguais ou aumentem. Isso pode favorecer a uma maior equidade das comunidades, tem boa repercussão nas instituições e nos meios políticos, o que favorece a implementação e ao financiamento de outros projetos.

A seqüência das etapas dos métodos adotados e das estratégias de ação está apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3.** Principais metodologias e atividades utilizadas no Projeto de IDCR.

Item	Etapas	Metodologia ou Atividade
01	Apresentação da proposta	Reunião de apresentação da proposta de encaminhamento metodológico, pelo agente de ATER, para intervenção na comunidade, às lideranças dos diversos segmentos de beneficiários para adesão de pelo menos mais de um desses segmentos.
02	Validação pela comunidade	Reunião coordenada pelo agente e pelas lideranças da comunidade, para apresentar a proposta de intervenção na comunidade com as suas etapas (do IDCR até a elaboração e gestão das políticas). Este também é o momento de levantar o número de entrevistados e verificar se a comunidade deseja contribuir com alguma sugestão, ou se tem interesse em adicionar algum tema ou indicador específico não contemplado.
03	Parceria com o	Formalização de um Instrumento de Ajuste, coordenado pelo agente de ATER e de lideranças, a

	laboratório de solos	fim de realizar as análises das unidades produtivas que irão participar do projeto IDCR.
04	Construção da proposta	Oficina coordenada pelo agente para construir a estratégia de ação, especificando em cada etapa a metodologia que será utilizada em todo o processo do Projeto de IDCR com ênfase na gestão social.
05	Construção da planilha	Com a estratégia de ação elaborada o agente e as lideranças montam uma planilha de custo para a implementação do Projeto IDCR
06	Locação de recursos	De posse da planilha e do orçamento (pessoal, material e equipamentos), o agente e as lideranças, encaminham a proposta para o patrocinador, e solicita a aprovação e a liberação dos recursos.
07	Retorno à comunidade	É apresentada à comunidade a aprovação ou não da proposta. Caso não seja aprovada, se busca outro patrocinador. Caso seja aprovada, será verificada na comunidade a possibilidade de seus moradores, que representam os diversos segmentos, participarem do curso de capacitação de agentes de desenvolvimento e realizar a aplicação das entrevistas.
08	Seleção dos agentes	Se for o caso, será realizada oficina para selecionar os agentes comunitários que irão participar do curso de aperfeiçoamento
09	Comitê Gestor	O agente de ATER solicita às lideranças da comunidade para montar um Comitê Gestor (de 3 a 6 membros) do IDCR, com membros de cada segmento de beneficiários (jovem, mulher, trabalhador, idoso, empreendedor familiar e empreendedor patronal). Uma vez instituído o Comitê, este selecionará os agentes comunitários que irão aplicar o questionário, se for o caso.
10	Liberação dos recursos	Realizar o acompanhamento da liberação dos recursos, pelo agente de ATER e pelo Comitê Gestor.
11	Capacitação dos agentes comunitários	Curso para os agentes comunitários, com enfoque nas variáveis que atuam no desenvolvimento do espaço rural, para dotá-los de maior empoderamento e capacitá-los para aplicação do IDCR, utilizando-se de exercícios práticos de entrevistas e do resgate histórico da comunidade.
12	Aplicação das entrevistas	Trabalho de campo dos agentes comunitários para preenchimento do questionário com a supervisão do agente de ATER e do Comitê.
13	Validação	Sorteio de 5% das Unidades Produtivas, para os membros do Comitê validar a aplicação dos questionários.
14	Compilação dos dados	Os dados de todos os questionários serão digitados em planilhas do IDCR, pelo responsável da atividade, com acompanhamento do agente de ATER.
15	Processamento dos dados	Após a digitação, os dados serão processados e, em seguida, será montada a apostila relatório-diagnóstico, com os gráficos gerados, o índice de desenvolvimento e o resgate histórico construído pelos moradores da comunidade. Isto representa o T0 (Tempo Zero) da comunidade para futuras avaliações (T1, T2, etc.) e elaboração do PAI
16	Preparo das informações	A fim de se interar das informações contidas no relatório-diagnóstico, serão feitas antes reuniões preparatória entre a equipe multidisciplinar de ATER e do Comitê Gestor, para construir o painel de visualização dos problemas, necessidades e oportunidades por temas, para apresentar à comunidade.
17	Restituição à comunidade	Reunião coordenada pelo comitê gestor e a equipe multidisciplinar, para planejar a restituição do resultado a comunidade. Será eleito um grupo de representantes de cada segmento de beneficiário para, em conjunto com o comitê, participar dos eventos que irão construir o PAI.
18	Elaboração do PAI (coordenação do comitê e da equipe multidisciplinar)	<b>Primeiro momento:</b> reunião problematizadora (o que for necessário para esgotar o assunto e empoderar os participantes). É um processo de reflexão da realidade da comunidade para compreensão dos fenômenos ocorridos localmente, de forma que ocorra uma transformação dessa comunidade por meio de ações desenvolvimentistas. <b>Segundo momento:</b> oficina de eleição das prioridades (problemas, necessidades e oportunidades), sistematizadas por temas, a fim de estabelecer prioridades a partir da negociação coletiva e do conhecimento das diferentes percepções das pessoas em relação aos problemas, necessidades e

		<p>oportunidades.</p> <p><b>Terceiro momento:</b> construção do mapa institucional dos parceiros que vincula os problemas, as necessidades e as oportunidades, com as instituições públicas e privadas, nas três esferas de Governo.</p> <p><b>Quarto momento:</b> oficina de elaboração do PAI, com base nos produtos das oficinas anteriores, utilizando-se o enfoque do PDCA.</p> <p><b>Quinto momento:</b> seminário de apresentação do PAI, pelo Comitê Gestor, aos dirigentes das instituições públicas e privadas relacionadas no mapa das instituições parceiras e representantes de classe, para pactuar, por meio de documento do seminário, o apoio político-institucional às atividades demandadas pela comunidade e contidas no PAI.</p>																															
19	Concertação institucional	Oficina envolvendo os facilitadores político-institucionais para pactuar a construção de políticas, programas e projetos específicos, que irão dar conta de diminuir as vulnerabilidades e apoiar as potencialidades priorizadas pela comunidade.																															
20	Plano de gestão	<p>O comitê gestor irá elaborar uma proposta de controle e de acompanhamento das ações e das atividades do PAI para fomentar o empoderamento e a gestão social que poderá ser acompanhada via Internet, para maior transparência do processo e responsabilidade pública dos compromissos assumidos, políticos e institucionais.</p> <p><b>Planilha sugerida de acompanhamento das ações e atividades pactuadas com as instituições</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ações e atividades</th> <th rowspan="2">Custo</th> <th rowspan="2">Instituição responsável</th> <th rowspan="2">Facilitador institucional</th> <th rowspan="2">Responsável pela gestão</th> <th colspan="2">Data/prazo</th> <th colspan="4">Situação</th> <th rowspan="2">Ação corretiva</th> </tr> <tr> <th>Início</th> <th>Conclusão</th> <th>Não iniciada</th> <th>Atrasada</th> <th>Em dia</th> <th>Realizada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>O que não for pactuado deverá ser objeto de uma nova reunião problematizadora para construir novas estratégias de ação.</p>	Ações e atividades	Custo	Instituição responsável	Facilitador institucional	Responsável pela gestão	Data/prazo		Situação				Ação corretiva	Início	Conclusão	Não iniciada	Atrasada	Em dia	Realizada													
Ações e atividades	Custo	Instituição responsável						Facilitador institucional	Responsável pela gestão	Data/prazo		Situação				Ação corretiva																	
			Início	Conclusão	Não iniciada	Atrasada	Em dia			Realizada																							
21	Replanejamento das atividades	O comitê gestor irá avaliar com a comunidade, no início de cada ano, os avanços e os retrocessos das ações e das atividades do PAI. Após análise e reflexão, irão buscar novas alternativas, tanto para os problemas que não foram resolvidos, quanto para os novos desafios que irão surgir. A meta será tornar a comunidade mais desenvolvida, num ciclo ascendente de acúmulo de capital humano e empoderamento, com ganhos de patamares de desenvolvimento multidimensionais, sempre aferidos pela gestão social, com base nos indicadores gerados pelo IDCR. O acompanhamento da ATER e da equipe multidisciplinar seguirá até ser dispensado pelo Comitê Gestor.																															

Para reforçar a questão do pertencimento e diminuir as possibilidades de desmotivação e não engajamento no processo proposto pelo IDCR, a comunidade - de posse das informações contidas no relatório-diagnóstico - irá determinar que dimensões, temas ou assuntos devem ser trabalhados prioritariamente. Somente em casos excepcionais os agentes de ATER devem intervir demonstrando causa/efeito como no caso da água utilizada nas residências que apesar de apresentar com boas características para consumo, após a sua análise revela estar veiculando doenças às pessoas da comunidade, e elas não perceberam ser a água o veículo dessas doenças.

Se houver parceria com instituições que tenham acesso à internet, os integrantes da comunidade, o Comitê Gestor, os técnicos e facilitadores institucionais, os dirigentes e os políticos poderão

acompanhar *on line* o andamento das ações contidas no PAI. Isso irá fortalecer os compromissos assumidos pelas instituições, por eles serem públicos, além de dar uma maior transparência ao processo.

Mesmo com toda essa estrutura construída é normal que ainda existam certas dificuldades na execução desse projeto. O desafio de trabalhar as diversas expectativas de cada segmento de beneficiários da ATER e com diversos setores que envolvem muitas instituições enriquece o trabalho da ATER, principalmente, se está vinculado estrategicamente ao empoderamento das pessoas e com o envolvimento de diferentes dimensões. Isto sim é desenvolvimento, e não somente progresso ou crescimento de uma ou outra dimensão, que nem sempre empodera as pessoas da comunidade.

### **C. DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO IDCR**

A superação de parte das dificuldades apresentadas dependerá, basicamente, da competência e da habilidade da equipe multidisciplinar de ATER, do uso de metodologias participativas e do capital humano e social acumulado na comunidade. Entretanto, deve-se fazer uma boa avaliação da intensidade, origem e causa de cada dificuldade, para não deixar ser desconstruído o entusiasmo e os laços de confiança, entre os membros da comunidade e os demais atores do processo de desenvolvimento.

A primeira dificuldade é tornar este projeto uma política pública ou programa de governo e se fazer institucionalmente conhecido em todos os setores (público e da iniciativa privada), que serão parceiros na etapa da concertação interinstitucional. No âmbito governamental, também poderá gerar dificuldades se na equipe formada pelo Governo existir pessoas que ocupam cargos-chave na administração pública, com uma visão estritamente setorial do espaço rural. Isto dificulta a ação, para qualquer ator comprometido com o desenvolvimento do espaço rural, de articular as parcerias intersetoriais.

Outra dificuldade também surge quando os representantes da Secretaria de Agricultura ou da Secretaria de Desenvolvimento Rural não têm facilidade de transitar e de mobilizar outras secretarias e setores da sociedade para a concertação interinstitucional. Ou então, simplesmente, não se comprometem com o resultado e se omitem da coordenação desse processo. Como a proposta do projeto IDCR é iniciar pelas comunidades mais vulneráveis, o apoio governamental quase sempre é imprescindível, pois é limitado o empoderamento das pessoas que compõem essas comunidades vulneráveis.

Nas instituições de ATER, as dificuldades ocorrem se a maioria dos dirigentes e técnicos ainda continuar fiel ao antigo paradigma baseado no difusionismo tecnicista e produtivista. Se os dirigentes e técnicos ainda têm esse paradigma, a institucionalização desse projeto certamente incomodará a zona de conforto deles, pois o desafio neste processo é muito maior. Daí a necessidade permanente de capacitação dos técnicos da ATER e da renovação dos seus funcionários. Um projeto com esta envergadura não pode ser utilizado somente para justificar o acesso aos recursos das instituições financiadoras que estão comprometidas com o novo paradigma da ATER, ou servir de contraponto no debate institucional, para que o corpo técnico não perca o “vagão da história” da ATER.

Quanto às dificuldades relativas aos técnicos das demais instituições parceiras neste processo e, principalmente, dos técnicos da ATER que se investem na função de agentes de desenvolvimento rural, está o despreparo ante as novas institucionalidades e a multifuncionalidade do espaço rural. Como também a pouca competência e habilidade para atuar com metodologias participativas, construtivistas, desenvolvimentistas e humanistas. Mais uma vez tudo passa pela questão de planejamento em capacitação desses atores, antes do processo de execução do projeto IDCR. Para evitar dificuldades é fundamental montar equipes de agentes de desenvolvimento rural multidisciplinares, capacitadas e que tenham discernimento para sistematizar uma proposta participativa de intervenção multidimensional com ações interinstitucionais.

Na comunidade rural, as dificuldades permeiam aquelas recém-formadas. Isto acontece muito em assentamentos rurais, em zonas de fronteiras agrícolas, ou em regiões que têm um fluxo migratório muito grande, como no Distrito Federal. Neste caso, as comunidades quase sempre ainda não estão organizadas em grupos de interesse. Neste caso, é importante trabalhar dinâmicas que irão promover o autoconhecimento do grupo e que fomentarão os laços de confiança.

Deve-se estar atentos para que nível do modo de produção capitalista e que nível do modo de organização social prevalecem na comunidade que os agentes irão atuar. Isto influencia diretamente na estratégia a ser utilizada. Nas Tabelas 5 e 6, é apresentada, a título de ilustração, uma proposta didática de sistematização, em razão das especificidades do espaço rural, que poderá evitar algumas dificuldades. De fato não existe aqui fronteira que delimite com precisão um nível do outro, ela é imaginária e será utilizada didaticamente. Até mesmo por que, conforme o comportamento político-institucional, social, ambiental e econômico, os indivíduos podem migrar de um nível para outro em diferentes tempos. Essa migração acontece com mais facilidade e flexibilidade nos modos de organização social e com mais dificuldade nos modos de produção capitalista.

**Tabela 5.** Modos de produção capitalista com exemplos adaptados à realidade do espaço rural.

Níveis	Exemplos
Extrativista	Tribos indígenas mais rudimentares, pescadores etc.
Subsistência	Tribos indígenas com maior contato com a civilização, parte da agricultura familiar e boa parte dos quilombolas, que frequentam muito pouco o mercado.
Pré-capitalista	Parte dos quilombolas que frequentam o mercado e boa parte da agricultura familiar.
Capitalista	Parte da agricultura familiar e boa parte da agricultura patronal.
Financista	Empresas integradoras, compradores de “soja verde” <sup>3</sup> , produtores que têm meeiros, quem participa de engorda de boi à meia etc.

**Tabela 6.** Modos de organização social adaptado à realidade do espaço rural

Níveis	Exemplos	
Individualista	Morador do espaço rural com dificuldades de relacionamentos e que não consegue interagir com outras pessoas ou grupos.	
Parental	Interage e mantém relacionamentos quase que exclusivamente com parentes.	
Grupos de Interesses	Territoriais	Tribos, quilombos, vizinhança, condomínios de moradias, comunidades, município etc.
	Ideológicos	Religião, política, gênero, geração, lazer, estudantes, etnia, agroecológico etc.
	Produção	Leite, grãos, suínos, artesanato, agroindústria, turismo, condomínios de produtos etc.
Associação	Frequentemente são instituições que evoluíram dos grupos anteriores e passam a ter caráter formalidade e legalidade.	
Cooperativo	Instituições formais, com objetivos sociais e econômicos, quase sempre voltadas para assistência técnica, crédito, venda de insumos, agregação de valor à produção e comercialização de produtos agropecuários.	
Solidário	Instituições informais e formais que prestam serviços sem exigir nada em troca. É pautada culturalmente por valores intangíveis, tendo quase sempre um viés religioso e/ou filosófico.	

Em uma comunidade e em determinadas situações específicas, os cidadãos podem pertencer a um ou mais níveis de organização. Conforme a sua cultura e o seu interesse, eles podem num

<sup>3</sup> Intermediários ou empresas de insumos que adiantam o recurso financeiro relativo aos insumos, a ser pago com uma quantidade do produto cultivado, convertido em um valor pré-estabelecido.

determinado momento e situação atuar de forma individualista, e depois em um novo cenário de forma grupal ou solidária. Erros estratégicos têm sido cometidos pelos agentes de desenvolvimento na condução de organizações sociais. Quase sempre eles chegam a uma comunidade e orientam de imediato que seus integrantes montem uma associação, para facilitar os trabalhos de superação das suas vulnerabilidades. Muitas vezes, a maioria desses cidadãos da comunidade ainda está em um nível de organização social anterior ao nível associativo, não tendo com isto competência, habilidade e vivência para conduzir e participar de uma associação. Em razão dessa inabilidade, a associação acaba não desempenhando o seu papel e acaba abalando a confiança dos associados. Isto frustra os participantes que mesmo tendo objetivos comuns e necessidade de se organizarem cria barreiras na condução do processo. Certamente essa situação irá influenciar em futuras resistências de participar de novos grupos.

Essa é uma questão que tem que ser conduzida pelos agentes de desenvolvimento por processos (educativos e vivenciais) e não por resultados (criar uma associação não é resolver todos os problemas da comunidade), o empoderamento não se conquista desta maneira. Esse capital social é conquistado por processos educativos e vivenciais.

Como se não bastasse essas questões que foram levantadas anteriormente, pode-se afirmar que a realidade é um pouco mais complexa. Ao se trabalhar com a comunidade, pode-se verificar grupo de pessoas de determinado modo de produção capitalista pertencer a outros níveis de organização social e vice-versa. Não há uma correlação entre os níveis do modo de produção capitalista e os níveis dos modos de organização social. Sempre em cenários e situações específicas os comportamentos das pessoas serão diferentes. Apesar de complexa essa situação, quando bem analisada e trabalhada com conhecimento, acaba favorecendo o autoconhecimento do grupo e facilitando a construção de estratégias de ação por parte do agente de ATER com a comunidade.

Outra dificuldade ocorre quando os membros da comunidade rural acumulam frustrações de experiências e iniciativas, participativas ou não, que esbarraram em alguma etapa do processo sem alcançar resultados sustentáveis. Isto ocorre muito quando a comunidade faz parte de alguma estratégia política mal intencionada, o que reflete diretamente na quebra de confiança dos cidadãos com os atores do processo, e provoca desmotivação e desânimo nos diversos segmentos de beneficiários em participar de outras iniciativas.

Assim para dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, mais uma vez surge a relevância do empoderamento de diversos segmentos da comunidade para vencer todas essas barreiras.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto IDCR é um instrumento que pode auxiliar os agentes de desenvolvimento rural a trabalhar o processo de desenvolvimento por meio do empoderamento dos membros da comunidade e dos diversos atores que atuam nesse processo. Ele está sistematizado em seis dimensões e propõe capacitar os integrantes da comunidade, antes de iniciar a atividade de levantamento de dados, para que eles se sintam pertencidos ao projeto. Pertencimento este, fundamental para a motivação, entusiasmo e engajamento que darão continuidade e sustentabilidade ao processo de desenvolvimento do espaço rural.

Após o levantamento da realidade de campo os dados são processados e é elaborado um relatório-diagnóstico, para dar subsídio a diversas metodologias participativas que visam o empoderamento dos participantes. Este encadeamento metodológico promoverá a elaboração de um Plano de Ações Interinstitucionais (PAI), que, por meio de uma concertação institucional, irá superar as vulnerabilidades locais e aproveitar as potencialidades do espaço rural.

Caso não exista um cenário político-institucional, que seja favorável a todo o encadeamento metodológico proposto, o próprio exercício e acúmulo de empoderamento poderá, aos poucos, não deixar as expectativas não alcançadas se transformarem em frustrações. Neste caso, certamente o processo de desenvolvimento será mais longo, mais não impossível. Com ações corretivas dar-se-á início a um novo ciclo de planejamento que levará em conta as barreiras político-institucionais encontradas e construirá novas estratégias para vencer as vulnerabilidades.

O IDCR também pode ser utilizado, se for aplicado novamente na comunidade após um período, como um instrumento indicador de resultados se comparado com o anterior. Isto cobre uma vulnerabilidade de muito tempo da ATER, que só avaliava seus esforços e, às vezes, o crescimento produtivo, mas nunca o desenvolvimento. O IDCR passa a ser um instrumento de empoderamento também para a própria instituição de ATER e para as demais instituições envolvidas, pois é uma ferramenta capaz de usar parâmetros cartesianos para demonstrar resultados de processos em que houve o envolvimento dessas instituições, tornando assim mais fácil a conquista de novos projetos para a comunidade.

Desse modo, o maior empoderamento é o da própria comunidade, pela conquista de um desenvolvimento como liberdade, e que gera entre seus membros um compromisso sócio-ambiental. Processo este que certamente irá satisfazer as necessidades da atual geração e encantar gerações futuras.

## V. BIBLIOGRAFIA

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

GIOVENARDI, E. **Estructuras de pobreza en el agro.** Colombia, PNUD, 1993.

GOODMAN, D, et al. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional.** Rio de Janeiro, 1990.

JARA, C. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília. IICA, 2001.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura.** Botucatu. Instituto Agrônômico do Paraná, 2001

MEIRELLES, M. **Perspectivas teóricas acerca do empoderamento de classe social.**  
*www.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/Mauro%20Meirelles%20e%20Thiago.pdf* –

RUAS, E. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte, março de 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **O desenvolvimento como expansão das capacidades.** São Paulo. CEDEC. Lua Nova, n.28/29. p. 313-333.1993.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microregional sustentável: métodos para planejamento local.** Brasília: IICA, 2005.

VALOURA, L. *Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador.* [http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo\\_Freire](http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire).